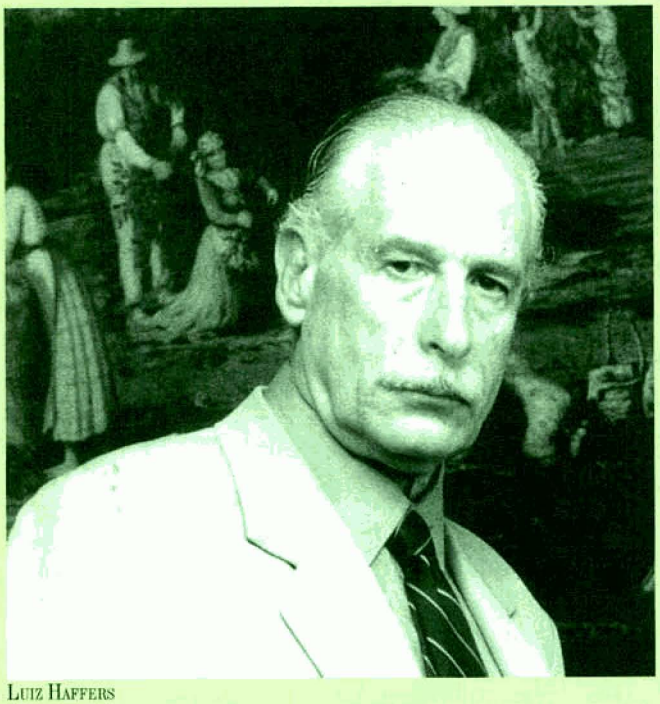
Entrevista

Concedida a Patrícia Carvalho

CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

O mercado é bem mais impiedoso que o MST



Luiz Haffers

Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), o cafeicultor Luiz Haffers defende a idéia de que não adianta negar problemas como a necessidade da reforma agrária ou a imagem nada favorável que o setor rural tem junto à sociedade. "Ninguém nunca conseguiu resolver nada com a postura de uma avestruz", afirmou em entrevista exclusiva a Agroanalysis. **"Fui um dos primeiros a dizer que não podíamos ignorar os graves problemas do campo e que discutir a reforma agrária era inevitável", lembrou.**

Definindo-se como "um lavrador em busca de eficiência e modernidade", Haffers, 60 anos, trabalhou com algodão, conheceu nas suas próprias palavras "o mundo inteiro" vendendo o produto nos áureos tempos em que o Brasil era grande exportador, na década de 60. Hoje produzindo café no Paraná e na Bahia, foi um dos pioneiros do plantio superadensado de café e defende que "as cooperativas têm que se reestruturar se quiserem sobreviver".

Avesso ao pessimismo mas mantendo uma visão realista do mercado, Haffers acredita que o aumento médio de renda agrícola de 5% em 1997 foi importante, "mas é pouco e é uma média que não reflete o que ocorreu com todo o setor agrícola". "Para 1998 acredito em um cenário mais crítico, pois temos problemas climáticos, diminuição de área plantada e aumento de custos", definiu. Sobre o setor cafeeiro, ele deixa claro que a união de todo o setor em torno de propostas comuns é essencial. "O importante é que com o CDPC (Conselho Deliberativo da Política do Café) temos hoje discussões transparentes sobre todos os assuntos que dizem respeito ao café. Esta é uma grande conquista", analisa.

■ *Os efeitos da crise asiática e do pacote econômico do governo vêm sendo sentidos na agropecuária? De que forma?*

— Os efeitos têm sido sentidos de forma tópica. Produtos como frango, sem dúvida, foram bastante atingidos. Outros como soja e óleo ainda não sentiram os efeitos dessa crise, e quero crer que não chegarão a sofrer efeitos diretos, pois a comida é o último item a sofrer em uma crise.

Mas olhando o quadro a médio e longo prazo acho que isso tudo vai reverter beneficamente para o Brasil, porque o dinheiro que temos circulando pelo mundo vai buscar modos mais seguros de aplicação, como vem acontecendo com os bônus norte-americanos. Depois das eleições brasileiras e depois que a poeira desta crise baixar, vamos ver uma disposição maior para projetos mais produtivos e para investimentos na produção brasileira.

Isso pode se vislumbrar olhando o cenário mundial. Os estoques mundiais estão abaixo de qualquer padrão histórico e de segurança, a população mundial continua a crescer e o fator segurança alimentar vai começar a pesar cada vez mais. A médio e longo prazo acredito que haverá um grande interesse no desenvolvimento da agricultura no mundo e também da agricultura brasileira, com investimentos de novos capitais.

■ *Como o senhor vê o atual momento da agricultura brasileira?*

— A agricultura brasileira hoje se encontra engasgada com o custo altíssimo do capital e dos juros e passa por uma fase de transição muito importante. Saímos de um período de paternalismo, com preços artificialmente baixos, para tempos melhores, de maior profissionalismo e eficiência. Mas não acho que teremos um alívio a médio prazo para problemas como o de custos e juros, até porque a agricultura não tem sido tratada pelo governo como o setor essencial que é.

O que vemos é um desconhecimento enorme sobre a agricultura, em parte porque as lideranças agrícolas sempre foram cobradas de uma atitu-

de conflitante para com o governo; no fundo o que se queria antes era preço mínimo e crédito subsidiado. Agora estamos passando por uma transição de mercado, onde o consumidor é rei, e hoje a agricultura precisa de cooperação dentro das cadeias produtivas, pois não adianta mais ficar reclamando, não há mais quem nos dê nada. O paternalismo e aquele protecionismo, incentivados e incentivadores de um conflito de lideranças entre os diversos elos das cadeias produtivas, não funcionam mais.

■ *Mas não se pode dizer que haja atualmente uma política agrícola estruturada...*
— O que houve é que tínhamos uma política paternalista que foi substituída por uma política de mercado, mas ineficiente. Não sou contra o mercado. O que eu questiono é como podemos ter um mercado livre com os custos com que arcamos. Hoje o principal insumo necessário ao campo é o capital. Para se ter uma idéia do quanto custam os juros, o endividamento agrícola brasileiro é de menos de R$20 bilhões, para um faturamento de R$70 bilhões, mas a metade desse endividamento é de juros. Agora cobra-se do setor um nível de eficiência, uma cesta básica barata, mas não podemos investir como deveríamos. A agricultura está investindo com capital próprio, mas é pouco. O fato é que o setor se ressente de que é mais lucrativo comprar CDB do que investir na produção.

■ *O senhor falou sobre a cesta básica. Se olharmos os dados do ano passado sobre o nível de renda dos produtores, vemos que houve queda na renda daqueles que produziram produtos básicos, como arroz, batata, feijão etc. Mas na média houve um aumento da renda agrícola de 5%. Como o senhor analisa isso?*
— Este é o problema de falar em média, porque o grande aumento de renda aconteceu em produtos como soja e café. Agora se pegarmos o pessoal que produz os básicos, realmente vemos que o aumento da renda não é uma realidade.

Quando dizemos que este aumento médio não significa muito, voltamos a nos defrontar com uma espécie de preconceito e de desconhecimento do que seja a agricultura. Ainda sofremos um ranço de que a agricultura é atrasada e de que só a indústria é eficiente, como se fôssemos quase dispensáveis. A equipe econômica do governo ainda não se convenceu da importância da agricultura para a estabilidade econômica do país e acha que quando reclamamos é choro de fazendeiro incompetente. E veja o que aconteceu em 1995. Tivemos uma safra grande, os juros explodiram e criou-se esse estoque de endividamento que está se tentando resolver agora, como sempre um pouco tarde. Mas é preciso resolver isso.

■ *Qual foi o papel da securitização da dívida agrícola?*
— A securitização foi feita para quem devia até R$200 mil. Quem devia acima disso, os mais ousados, os mais tecnificados, ficaram com as dívidas. Para se ter uma idéia do investimento para formar uma fazenda hoje basta lembrar que custa mais de R$1 milhão. Sabe quanto um produtor que gaste isso com uma ou duas fazendas tem de financiamento? R$40 mil, se tanto. No caso do financiamento do custeio do café, e sou cafeicultor há muito tempo, só consegui o suficiente para pagar a securitização. Nos Estados Unidos, o Bill Gates está sendo processado em milhões por fazer venda casada. Aqui, no Banco do Brasil, temos que engolir a venda casada o tempo todo. Para ter um financiamento temos que comprar o cartão Ouro, o seguro do trator, o CDB etc. Nos Estados Unidos isso dá cadeia. Aqui é uma prática normal.

Nos Estados Unidos, *o Bill Gates está sendo processado em milhões por fazer venda casada. Aqui, no Banco do Brasil, temos que engolir a venda casada o tempo todo. Nos Estados Unidos isso dá cadeia. Aqui é uma prática normal.*

Temos tudo para sermos grandes produtores: um capital humano que nunca é contabilizado, clima, mercado e pesquisa eficiente. Não vamos para frente porque estamos atados por vários problemas. Nossa dívida agrícola é quatro vezes menor em comparação à dos Estados Unidos relativamente à produção, mas nossos juros são quatro vezes maiores. Num cenário desses, o que decide é a capacidade de pagamento, não a de endividamento, nem mesmo a de produção.

Ou o governo se dá conta de que recursos para a agricultura têm que ter prioridade, porque são de retorno econômico e social mais rápido, ou não saímos deste impasse. E não queremos subsídio. Quem precisa de subsídio social é o país, para os sem-terra, para os assentamentos, para os pequenos produtores etc.

■ *Que tipo de postura o governo deveria ter em relação à agricultura? Não seria mais lógico proteger a renda agrícola do que ficar apagando incêndios como o do endividamento, através da securitização ou deste novo plano de socorro às cooperativas?*
— No caso das cooperativas é necessário socorro imediato. Se o governo deixar que elas quebrem vai se criar um problema muito maior. As cooperativas têm 30% da produção agrícola brasileira e representam 12% do PIB. Elas são o início da cadeia produtiva. Há quem argumente que as cooperativas foram incompetentes. Se formos discutir incompetência, o governo foi mais incompetente ainda. E vai custar muito mais caro refazer o sistema cooperativista do que consertar.

■ *Se é mais produtivo e eficiente prevenir os problemas, e uma política de proteção à renda do produtor é uma forma de prevenir, por que a opção por remediar?*
— Neste caso precisamos remediar para prevenir um mal maior. Sem dúvida seria melhor termos uma política estruturada, mas até para poder fazer isso precisamos resolver alguns problemas tópicos primeiro. As cooperativas sofreram por muito tempo do mal do paternalismo. Foram um

instrumento politicamente correto para o governo dar dinheiro para a agricultura, e muitas vezes não cumpriram sua função de aumentar e melhorar a capacidade de compra e venda, trazendo eficiência para o setor. Trouxeram, isso sim, na maioria dos casos, poder político para continuar sobrevivendo do paternalismo. Acabou o paternalismo, o sistema se viu despreparado, e muitas imaginaram erroneamente que a situação de falta de apoio ou de proteção do governo seria transitória. Então recorreram aos bancos, se endividaram à espera de um socorro que não veio. Agora quem tem culpa, quem não tem, isso é irrelevante. O importante é salvar o sistema cooperativista.

■ *O plano do governo de socorro às cooperativas, que vem sendo chamado de Reecoop, prevê uma reestruturação do setor com fusões e associações entre cooperativas. Como o senhor vê isso?*

— Este plano impõe alguns pontos. Fusões, capacidade de gestão, são pontos que vão ser colocados na mesa. Por exemplo, no estado do Rio existem 31 cooperativas de leite. Precisa de tudo isso? No estado de São Paulo, temos 19. A maioria vai acabar saindo de cena, queira ou não queira. Há um inchaço. As fusões são inevitáveis para dar exatamente o que o setor precisa, que é eficiência. Esse plano prevê e premia fusões em benefício da eficiência.

■ *Mas não será um processo fácil.*

— Não vai ser fácil mas é inevitável, porque entre quebrar e se associar, não há muita escolha. É evidente que as cooperativas foram inchadas pelo paternalismo, o sistema todo sofreu e agora isso precisa ser corrigido pela realidade. A cooperativa usou um discurso ideológico para justificar incompetência e vaidade. Tenho sido muito criticado por esta postura crítica. Não sou contra o cooperativismo, sou contra a ineficiência, contra a vaidade de lideranças. Isso tudo decorre de uma herança do paternalismo que permeou a gestão da agricultura brasileira por tanto tempo.

É necessário *socorro imediato às cooperativas. Se o governo deixar que elas quebrem vai se criar um problema muito maior. As cooperativas detêm 30% da produção agrícola brasileira e representam 12% do PIB.*

■ *As entidades de classe também passam atualmente por uma crise financeira grave. Isso tem a ver com a questão da representatividade dentro do setor?*

— Sem dúvida vivemos uma crise. Antes uma liderança conflitante dentro de um cenário paternalista era supostamente benéfica para a classe. Hoje é necessário que tenhamos lideranças construtivas, que se antecipem aos problemas e proponham soluções. O que ocorre é que está custando para mudar esta concepção de liderança. Vou dar um exemplo. A maioria dos fazendeiros era contra reconhecer que havia um grave problema social no campo, porque reconhecendo o problema teríamos que reconhecer a solução, ou seja, a reforma agrária como uma necessidade. Logo que assumi a presidência do Sociedade Rural Brasileira disse que reconhecia o problema, mas discordava do modo como estava sendo dada solução. Por um erro de interpretação, a maioria preferia negar o problema, como um avestruz.

■ *Entre as entidades de classe a tendência é de que também ocorram fusões, associações ou um novo conceito de representatividade?*

— Acho que é provável que ocorram fusões entre entidades e que se estabeleça a legitimidade de bons, eficientes e honestos *lobbies* das associações, entidades e representantes de classe — o que ainda é malvisto no Brasil. Num sistema democrático o juiz final de todas as ações é a opinião pública, que por sua vez pressiona o Legislativo, que pressiona o Executivo. No governo totalitário tínhamos um atalho, que era conhecer o ministro. Hoje isso não funciona mais.

■ *Isso tem a ver com toda uma reformulação da imagem do setor agrícola junto à opinião pública?*

— Sem dúvida. A cidade ainda tem uma imagem antiga do setor, não sabe o quanto houve de transferência de renda do campo para a cidade. E nem o quanto a agricultura significa para a economia. Mas não se muda essa imagem rapidamente. A primeira coisa a fazer é um esforço enorme de competência, que já vimos fazendo há muito tempo. Em segundo lugar, precisamos de todo um trabalho de convencimento da opinião pública. As nossas relações com a imprensa em geral são ruins. A imprensa ainda acha que o fazendeiro e o médio agricultor são latifundiários reacionários. Tem muito a ver com a postura assumida sobre os problemas no campo, negando a necessidade de uma reforma agrária. E há ainda o problema do personalismo, no qual se projetam os líderes mas não suas idéias.

■ *Instrumentos como o Fórum Nacional de Agricultura tendem a mudar este tipo de realidade, ao buscar discutir cadeias produtivas e não classes ou líderes?*

— O Fórum tem um grande papel no início desta discussão. Todas as entidades se colocam dentro das suas cadeias produtivas e discutem. A grande validade do Fórum hoje não é a proposição, mas a discussão. Dentro das cadeias existiu, e existe ainda, o falso conflito em que o lavrador achava que o maquinista roubava, o maquinista achava que o lavrador roubava, os elos das cadeias se comportavam como adversários entre si. Era um conceito enraizado, que aos poucos vem mudando. No caso do café, o Brasil chegou a fazer acordo com o inimigo, com a Colômbia, em detrimento do consumidor, como se ele fosse o inimigo, com os resultados de longo prazo a que assistimos depois, perda de mercado, de prestígio etc.

Agora temos que nos conscientizar de que numa economia de mercado quem manda é o consumidor, é a dona de

casa, que devem ser conquistados. No caso do café, por exemplo, antes queríamos preço mínimo, o IBC comprava tudo e jogava tudo no mercado com preço tabelado. Perdemos mercado, o consumo caiu. O caso do café é muito ilustrativo, porque foi espelho de toda a expansão agrícola. Outro exemplo do quanto o agricultor desconhece sua cadeia produtiva é que no ano passado o que de mais importante aconteceu foi a Lei Kandir, que indiretamente proporcionou um aumento de renda de 15%. Ninguém se deu conta disso. Como o agricultor não recolhia ICMS, não se dava conta de que também pagava este custo.

Os resultados práticos do Fórum podem ser modestos, mas ele está proporcionando uma interlocução entre os agentes das cadeias produtivas, e conseqüentemente uma união maior.

■ *Como o senhor avalia o governo Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à agricultura?*

— Considero sua atuação mediana. O governo atrasou o problema da dívida agrícola, assim como a resolução de problemas importantes, como o endividamento das cooperativas etc., enquanto em questões como o balanço de pagamentos e o custo da cesta básica a agropecuária mostrou sua competência. E ainda não tivemos uma contrapartida do governo em termos de apoio. Em parte por desconhecimento, em parte por preconceito. Poucas pessoas entendem de agricultura no governo. E isso não é de hoje. O caso do algodão é notório. Importou-se algodão e o resultado foi um desemprego de 250 mil pessoas no campo. Se o governo tivesse escutado os nossos argumentos em vez de escutar os argumentos da indústria, que importava crédito e não algodão, não teríamos tido esse problema.

A política de importações no Brasil, aliás, sofreu de uma ingenuidade e de uma incompetência a toda prova. O mundo não é feito de escoteiros e a nossa política de importações foi absolutamente atabalhoada. Concordo em que havia ineficiências, mas admitir o dumping não resolve o problema. Este foi o caso do algodão.

■ *Voltamos à questão da necessidade de uma política agrícola...*

— Sim, mas antes é preciso apagar os incêndios, e esses nunca eram apagados, eram controlados. A impressão que temos agora, por causa da securitização, é que conseguiremos apagar os incêndios. O problema é que se leva meses para convencer o governo de que um determinado problema existe. Isso ocorreu quando houve a crise de 95. Só mais de um ano depois é que saiu a securitização. Este plano de socorro às cooperativas é um segundo momento da resolução do problema do endividamento.

■ *Como o senhor vê o futuro do setor agrícola dentro do mercado globalizado?*

— Creio que nos próximos 10 anos a demanda mundial de alimentos será tão forte que a agricultura terá que ser tratada mais racionalmente no Brasil. E veremos grandes transformações, sem dúvida. A agricultura é um setor essencial e os estoques mundiais vêm baixando, um movimento agravado por uma irresponsabilidade gerencial que é o tal do just in time. Por enquanto está dando certo, mas isso aumenta o nível de especulação e de risco do mercado.

A médio e longo prazos a realidade da falta de produtos nos estoques mundiais vai ser sentida. O aumento de velocidade das comunicações realmente permitiu que os estoques baixassem, mas está havendo um movimento exagerado neste sentido. Só para se ter uma idéia, as estatísticas apontam 200 milhões de pessoas se urbanizando por ano na China, deixando de ser produtores para ser consumidores. Temos portanto um cenário de aumento de consumo iminente e o Brasil tem todas as condições de dobrar sua produção em cinco a 10 anos. Mas para isso precisamos de uma política agrícola otimista, agressiva e de confiança. É muito mais fácil administrar a fartura do que a falta de produtos.

O que os *os sem-terra querem e merecem é dignidade. A reforma agrária passa por diversas formas de atuação, é mais fácil proporcionar dignidade favorecendo o emprego decente.*

■ *A estabilidade econômica trouxe um cenário mais promissor para a agricultura?*

— Com a estabilidade a demanda de competência é maior. O agricultor está tendo que conviver com um ambiente mais sofisticado e tecnificado. E na agricultura brasileira vemos uma coisa muito dolorosa: vão subsistir o pequeno agricultor, com baixo custo e apoio social, e o grande produtor, com escala. Para os médios produtores vejo tempos difíceis. Ou esses produtores se especializam e baixam custo, ou crescem para ter escala. Só que para isso é preciso capital e o produtor não tem esse capital, não consegue ganhar para investir.

■ *Falando na questão social, que solução o senhor vê para a questão da reforma agrária?*

— A solução passa por diversas formas de atuação. O que esse pessoal quer e merece é dignidade. E é mais fácil proporcionar dignidade favorecendo o emprego decente. Então temos um primeiro problema, que é a necessidade de expandir a agricultura. Em segundo lugar, seria importante que tivéssemos financiamentos para arrendamento de terras (nos Estados Unidos, quem trabalha na terra raramente é dono dela). E, claro, uma política de assentamentos que está sendo feita em enorme escala, porém nunca suficiente.

Mas aí caímos no problema político. Em um programa de TV recentemente dom Tomás Balduíno disse que o MST não quer a reforma agrária, quer a reforma do sistema. O que vemos é que a esquerda mais radical começa a temer que se faça a reforma agrária. Se nós assentarmos

100 mil famílias por ano, o problema estará resolvido. Mas a esquerda radical tem interesse no problema e não na solução.

■ *Há então o entendimento de que a reforma agrária é necessária?*

— A reforma agrária é absolutamente necessária — não a expropriação, mas a reforma agrária. Não podemos conviver com a atual pobreza no campo. É inadmissível e inaceitável. Mas não é fácil resolver o problema. E neste meio tempo a população urbana vem se dando conta de que o problema não é exatamente como vinha sendo apresentado. Nós agricultores terminamos o ano que passou com uma imagem menos ruim e o MST com uma imagem menos benéfica. Não foi um avanço absoluto, mas foi relativo no que diz respeito à imagem das lideranças rurais. Até porque nós, da Sociedade Rural Brasileira, lutamos para deixar de negar o problema e contra a tentação da violência. Mas somos contra as invasões, somos contra critérios errôneos de desapropriação, contra as pressões.

■ *O ITR neste contexto é uma solução?*

— O ITR foi uma enorme surpresa para o governo, porque os objetivos foram alcançados. Fazendeiro não é sonegador. Descobriu-se isso. Em segundo lugar sempre defendemos o agricultor produtivo e não o especulador. O mercado é muito mais impiedoso que o MST. Se o fazendeiro pagar um imposto alto pela terra e não souber o que fazer com ela, estará perdendo dinheiro. O preço da terra caiu 60% no último ano. O próprio mercado está agindo.

Plantar café no Oeste baiano, como estou fazendo, custa R$10 mil por hectare para começar a produzir, enquanto o hectare de terra custa R$40,00 ou R$50,00. A questão é que a esquerda mais radical tem raiva do rico. Não basta resolver o problema, existe ressentimento e um rancor de punir o fazendeiro, e isso não é produtivo. Então o ITR é um favor, porque quanto mais cedo o proprietário improdutivo sair da terra melhor para ele. E para nós, que sempre defendemos o produtivo, e ao produtivo interessa terra barata.

■ *Esta postura não causa um conflito dentro da entidade de classe?*

— Causa, porque é um momento de reflexão onde o sujeito se pergunta se é mais proprietário ou mais produtor. Se ele se considerar mais proprietário, se insurge contra nossas posições. Mas o fato é que o ITR só veio sinalizar o mercado. Não é questão de querer ou não querer, de concordar ou não concordar, é inevitável. É isso que temos tentado sinalizar defendendo posições como esta, favorável ao ITR. Isso é economia de mercado e nós, por muitos anos, estivemos isentos das verdades estruturais. A solução é conscientizar o setor de que é necessário ter profissionalismo e que é importante ter órgãos construtivos, representativos e fortes para representá-lo, o que certamente levará a um processo de concentração também entre as entidades representativas de classe, assim como no caso das cooperativas. Temos que fazer *lobby* no sentido legítimo da palavra, no sentido do convencimento e posicionamento e não de tentar conseguir benesses.

■ *Como o senhor vê as perspectivas para a agricultura em 98?*

— Vejo um cenário pior do que em 97, mesmo com as eleições; vamos colher a safra antes das eleições, o clima não está colaborando, a área plantada diminuiu 3%, os preços de alguns produtos como da soja caíram e a crise do frango na Ásia criou um problema. Estamos prevendo ainda uma diminuição na safra de milho, o que aumenta os custos para produzir proteína animal. Não estamos diante de perspectivas tão boas como as de 97.

Por outro lado, no ano passado tivemos avanços estruturais, como a maior atenção do governo em relação ao endividamento do setor, à reforma agrária e à pesquisa agrícola.

■ *Como cafeicultor, como o senhor analisa o desempenho do CDPC neste primeiro ano de funcionamento?*

— O CDPC representa um grande avanço para a política cafeeira. É um instrumento extremamente positivo na discussão dos problemas do agronegócio café, onde todos discutem com transparência todas as questões que afetam o setor. Mas temos que ser realistas: trata-se de um instrumento de progresso para o setor, mas não de milagre. Neste primeiro ano os avanços foram lentos. É normal, por ser o primeiro ano do Conselho, por ser até um treino sobre como se pode discutir e buscar soluções comuns. Acho inclusive que este foi nosso grande ganho. Tudo foi discutido, embora nem tudo acordado.

■ *Recentemente o CDPC divulgou uma previsão oficial da safra de café de cerca de 18,5 milhões de sacas. É importante ter estatísticas oficiais para o setor?*

— É importantíssimo, porque estávamos à mercê de estatísticas feitas ao sabor dos interesses de cada um. Essa estatística oficial foi apurada pela Embrapa, é confiável e está dentro do esperado. Assim como a previsão de mais de 31 milhões de sacas para a próxima safra.

■ *O caso do café é importante para a agricultura como um todo, uma vez que o governo reconheceu a importância do produto como gerador de renda, empregos e divisas?*

— É, e se reflete beneficamente em toda a agricultura. O café é um paradigma importante para a agricultura, em todos os aspectos, histórica e socialmente. Esse tipo de reconhecimento público ajuda a reverter a imagem do setor agrícola junto à opinião pública.

Importou-se *algodão e o resultado foi o desemprego de 250 mil pessoas no campo. Se o governo tivesse escutado os nossos argumentos em vez de escutar os argumentos da indústria não teríamos tido esse problema.*